



Examinai tudo e retende o que é bom: o manual “Fundamentos da Educação” de Amaral Fontoura

Prove all things ; hold fast that which is good: the “Manual Education Principles of Education” by Amaral Fontoura

Examinen todo y retengan lo que es bueno: el manual “Fundamentos de la Educación” de Amaral Fontoura

ARICLÊ VECHIA¹

Resumo

Nas primeiras décadas do século XX, os educadores brasileiros se apropriaram de um conjunto de ideias de renovação educacional que convencionamos chamar de Escola Nova. As ideias “escolanovistas”, permeadas por diferentes vertentes de pensamento, nortearam as reformas educacionais e as práticas educativas até os anos 1960. Nesse programa de reformas educacionais, a publicação de livros foi uma das principais estratégias para divulgar valores e conhecimentos destinados a conformar a prática docente. A partir de meados dos anos 1940 houve uma renovação das preocupações com os aspectos teórico e metodológico da formação de professores, sendo que os manuais pedagógicos assumiram a função de guia para o professor. Alguns de seus autores eram “escolanovistas”, de vertente católica, como Amaral Fontoura, autor do manual Fundamentos da Educação, a primeira obra da Coleção Biblioteca Didática Brasileira assinada por ele e que teve grande aceitação nas Escolas Normais do país.

Palavras-chave: Manuais Pedagógicos. Formação de Professores. Escola Nova. Pensamento Católico.

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado em História da Educação concluído na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Portugal). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: arikele@hotmail.com.

Abstract

In the first decades of the XX century, the Brazilian educators seized a collection of ideas for themselves concerning educational renovation, which we have agreed to call New School. The ideas inspired by this New School, that is to say, the “escolanovistas” ideas, permeated by different strands of thought, have led the educational reform and the educational practice up to the 60s. In this reform programme, the publication of books was one of the main strategies to disclose values and knowledge aiming at complying with the teaching practice. From the middle of the 40s onwards, there was a renovation of the worries with the theoretical and practical aspects related to teachers’ formation, having the pedagogical manuals undertaken the function of guide to the teacher. Some of their authors were “escolanovistas”, who belonged to the catholic group, such as Amaral Fontoura, author of the manual entitled Education Principles (Fundamentos da Educação), the first book of the Brazilian Library Didactic Collection (Coleção Biblioteca Didática Brasileira), signed by this author, which had great acceptance in the Teacher’s Formation Schools in the country.

Keywords: *Pedagogical Manuals. Teacher’s formation. New School. Catholic Tough.*

Resumen

En las primeras décadas del siglo XX, los educadores brasileños se apropiaron de un conjunto de ideas de renovación educacional que se acordó llamar Escuela Nueva. Las ideas de esa escuela, permeadas por distintas vertientes de pensamiento, direccionaban las reformas educacionales y las prácticas educativas hasta los años 60. En ese programa de reformas educacionales, la publicación de libros fue una de las principales estrategias para divulgar valores y conocimientos destinados a conformar la práctica docente. A partir de mediados de la década de 40 hubo una renovación de las preocupaciones con los aspectos teórico y metodológico de la formación de profesores, siendo que los manuales pedagógicos asumieron la función de guía para el profesor. Algunos de sus autores eran de la Escuela Nueva, de vertiente católica, como Amaral Fontoura, autor del Manual Fundamentos de la Educación, la primera obra de la Colección Biblioteca Didáctica Brasileña firmada por él y que tuvo gran aceptación en las Escuelas Normales del país.

Palabras-clave: *Manuales pedagógicos. Formación de Maestros. Escuela Nueva. Pensamento Católico.*

Recebido em: setembro de 2017

Aprovado para publicação em: dezembro de 2017

Introdução

No final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, o pensamento da intelectualidade brasileira foi permeado por diferentes correntes político-ideológicas, pelo pensamento científico e por ideias de renovação educacional. A imbricação de todos esses elementos marcou profundamente a sociedade e a educação brasileiras.

A generalização da instrução pública passou a ser vista pelo governo como o elemento capaz de legitimar o regime republicano, de promover a regeneração social, e a formação patriótica para a construção de uma verdadeira nacionalidade. Muito embora a intelectualidade brasileira, como um todo, tivesse em seu ideário elementos comuns – a construção da nacionalidade brasileira, a educação pública se constituía em um grande problema para o país.

Ainda, durante a Primeira República, políticos e educadores brasileiros foram influenciados por um conjunto de ideias educacionais surgidas na Europa, com grande desenvolvimento nos Estados Unidos que se convencionou chamar de *Escola Nova*. As ideias escolanovistas, permeadas pelas diferentes vertentes do pensamento brasileiro nortearam as políticas, as reformas educacionais e as práticas educativas a partir da década de 20 até a de 60 do século XX. Alguns educadores brasileiros, já no início de século XX, entre eles Carneiro Leão, José Augusto, Afrânio Peixoto, além de outros, passaram a difundir tal pensamento mediante a publicação de inúmeras obras. Na década de 20 foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que promoveu uma série de Conferências Nacionais para discutir a Educação como um “grande problema nacional”. Muitas destas ideias foram consubstanciadas em reformas educacionais em diversos estados brasileiros, tais como em São Paulo em 1920, no Ceará 1922/3, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal em 1925/6 além das efetuadas em Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Bahia (ROMANELLI, 1999).

O movimento da *Escola Nova* no Brasil adquiriu uma conotação política, pois atribuía ao Estado o dever de promovê-la; deflagrava a ideia de reconstrução nacional e democrática, defendia a escola pública e laica, obrigatória para todos. As novas compreensões sobre a educação, que colocavam a criança como o centro do processo educativo ensejou o debate sobre “como” ensinar.

A proposta de reconstrução nacional expressa no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova transferiu para a criança e para o respeito à sua personalidade o eixo da escola e o foco do problema da educação, estimulando o desenvolvimento e a adoção de procedimentos metodológicos que levassem em conta o fator biopsicológico do interesse da criança. Se o Manifesto expressou uma direção para a renovação educacional, seus sentidos já vinham sendo explicitados por meio de obras destinadas à mudança de mentalidade dos professores. Livros ou coleções de livros construíam a representação do novo conhecimento, demarcando também um espaço irradiador das novas ideias (VALDEMARIN, 2010).

O livro foi peça fundamental de um programa de transformação da cultura nacional em que se engajou toda uma geração de políticos e intelectuais. Nesse programa a reforma da escola teve lugar central e a edição de livros para a formação docente foi uma das principais estratégias. Reunidos em coleções, tornaram-se uma espécie de repertório de valores e de conhecimentos destinados a balizar a prática docente. Tratava-se de elaborar uma nova cultura pedagógica apta a promover uma mudança de mentalidade dos professores, peça-chave do programa de reforma da sociedade pela reforma da escola (CARVALHO; TOLEDO, 2006, *apud* VALDEMARIN, 2010).

A partir de meados da década de 40² com a abertura democrática e a aprovação do Decreto-lei 8.529 -- Lei Orgânica do Ensino Primário e o Decreto - lei 8.530 -- Lei Orgânica do Ensino Normal, ambos de 2 de janeiro de 1946, houve um renovar das preocupações com os aspectos práticos e metodológicos na formação dos professores, sendo que os manuais pedagógicos assumiram uma função de guia para o professor.

Nesse período, Theobaldo Miranda Santos escreveu uma série de manuais que enfatizavam as questões mais práticas do magistério; Queiroz et al., escreveram o manual *Prática do ensino primário* em 1954; D'Avila (1959) escreveu o *Práticas Escolares* no qual tratava de assuntos fundamentais à prática do ensino primário (SILVA, 2008).

Estes Manuais tinham por finalidade dar suporte ao ensino de disciplinas previstas na legislação para as instituições de formação de professores, em especial, aquelas diretamente relacionadas com questões educacionais, a saber, a pedagogia, a didática, a metodologia e a prática de ensino. Cada manual, ao reunir e sistematizar conteúdos tipicamente escolares propôs-se a tratar de maneira sucinta e acessível o que há de 'essencial' em termos de educação, favorecendo assim um primeiro contato do leitor com essas questões". Outro autor conhecido, Amaral Fontoura também publicou vários manuais pedagógicos reunidos em três coleções.

Os Fundamentos da Educação: Escola Nova versus Educação Renovada.

O Manual Fundamentos de Educação (uma introdução geral à educação renovada e à Escola Viva) teve sua primeira edição em 1949, sendo a primeira obra publicada da Série Escola Viva que fazia parte da Coleção Biblioteca Didática Brasileira publicada pela Editora Aurora do Rio de Janeiro, coordenada por Amaral Fontoura. Afro do Amaral Fontoura nasceu em 1912, era bacharel pela Faculdade de Filosofia do Brasil. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, além de ter lecionando em outras instituições. Foi presidente da Associação Brasileira das Escolas Normais na década de 1960, presidiu o primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Normal, realizado no Rio de Janeiro. Como educador católico atuou intensamente na produção de manuais pedagógicos para professores entre os anos de 1940 e 1971.

² O movimento da Escola Nova arrefeceu no período Vargas (1930-1945), pois para Vargas a educação e a criança deveriam estar a serviço do Estado. Vargas relacionou, pela primeira vez, a "educação do povo" com a "glorificação da Pátria" em seu Manifesto à Nação em 1931. Para ele, o Brasil só se tornaria uma grande nação quando educasse o povo e a escola capacitasse o cidadão para o trabalho (Baía Horta, 2012, p. 129). O então Ministro da Justiça Francisco Campos defendia que a educação deveria ser um instrumento de propagação da ideologia do Estado Novo entre as crianças. Campos também criticava o sistema educativo "de fundo liberal", até então adotado no Brasil e os princípios defendido pelos escolanovistas (Campos, 1941, p. 67). A Constituição de 1937, conferia à União o direito de "traçar as diretrizes a que se deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude e ao Estado a responsabilidade de "promover a disciplina moral e o adiestramento da juventude e prepará-la para a defesa da pátria" (Campos, 1941, p.65). O Ministro da Educação, Gustavo Capanema também aderiu aos princípios do Estado Novo. Segundo ele, a doutrina dos Pioneiros defendia que a educação [...] deveria "preparar cada homem para viver com o máximo de eficiência, entre outros homens", mas não havia uma definição clara de quais ações deveria tomar. Passou a defender que a Educação não poderia ser neutra; deveria se colocar a serviço da Nação. Enfim, a disposição geral era de educar a infância e a juventude dentro da doutrina do Estado Novo, via sentimento (Baía Horta, 2012, p. 29).

A Coleção *Biblioteca Didática Brasileira* tinha por objetivo “uma renovação Educacional no país, que torne a escola mais viva, mais dinâmica, mais ligada à realidade” (FONTOURA, 1957, p.19.) Segundo suas palavras, era necessário renovar o Brasil, criar condições de vida para o povo brasileiro, mas para tanto era necessário educar o povo e, para educar o povo era preciso voltar os estudos para a questão da formação de professores primários que deveria ser realizada pelas Escola Normais e pelos Institutos de Educação, pois,

Não há exagero em afirmar que nas mãos do professor primário reside uma das maiores esperanças de dias melhores para o Brasil. Daí a grande responsabilidade das nossas Escola Normais --- as escolas que formam tais professores. Uma das maiores dificuldades, porém, com que as Escolas Normais têm lutado, para a consecução de seu objetivo, é a falta de livros dentro desse espírito de Educação Renovada. Apesar de toda boa vontade dos diretores e professores das Escolas Normais, é quase impossível fazer renovação usando livros antiquados, fora da fase. É difícil fazer escola ativa com livros cheios de teorias, mas muito pouco práticos. A maioria (claro que há honrosas exceções) das obras existentes não permite tal renovação. Eis por que foi criada a “Biblioteca Didática Brasileira”: ela se destina a ser uma coleção de livros escritos especialmente para o Ensino Normal e dentro deste espírito renovador, objetivo e prático (FONTOURA, 1957, p.19).

A Série *Escola Viva* é composta por 11 volumes, todos de autoria de Amaral Fontoura que tiveram inúmeras edições³ : Vol. I. *Fundamentos da Educação* (8 edições de 1949 a 1965); Vol. II. *Sociologia Educacional* (12 edições de 1951 a 1965); Vol. III. *Metodologia do Ensino Primário* (13 edições de 1955 a 1965); Vol. IV. *Psicologia Geral* (11 edições de 1957 a 1965); Vol. V. *Psicologia Educacional* – (parte I- Psicologia da criança), 10 edições publicadas de 1958 a 1965; Vol. VI. *Psicologia Educacional* (parte 2- Psicologia da Aprendizagem e parte 3 - Psicologia Diferencial), com 6 edições publicadas de 1954 a 1965; Vol.VII. *Prática de Ensino* (5 edições de 1960 a 1965); Vol. VIII. *O Planejamento no Ensino Primário* (3 edições de 1958 a 1965); Vol. XIX. *Didática Geral* (7 edições de 1961 a 1965); Vol. X. *Manual de Testes* (2 edições de 1960 a 1964) Vol. XI. *Didática Especial da 1 série* (2 edições de 1958 a 1964). Além destas obras, Amaral Fontoura é autor de várias outras, para diferentes séries entre elas: *Legislação Brasileira de Educação*, Livros Texto para Crianças e obras avulsas.

Na Introdução do manual *Fundamentos de Educação*, edição de 1965, Amaral Fontoura justifica a elaboração da anteriormente referida Coleção e da *Série Escola Viva* e os princípios nelas defendidos. Segundo explicitou, a *Série Escola Viva* foi elaborada em função da carência de livros didáticos sob a ótica dos princípios da Escola Nova ou de uma Escola Renovada destinados às alunas das Escolas Normais, dos Institutos de Educação, aos estudantes das Faculdades de Filosofia e aos professores recém-formados de todo o Brasil.

³ Neste estudo serão indicadas as edições publicadas até 1965, ano da publicação da obra analisada.

Argumentou ainda que as obras clássicas de Dewey, Claparède, Thorndike, Lourenço Filho, Beckauser, Fernando de Azevedo, além de outros, que haviam sido publicadas nas décadas anteriores, nem sempre eram de fácil compreensão para os alunos, pois exigiam uma sólida formação anterior em Psicologia, Sociologia, Filosofia, Higiene, etc., que os alunos, via de regra, ainda não possuíam. Daí, a necessidade de elaborar manuais que “traduzissem” os conteúdos elaborados pelos autores considerados clássicos, ao nível de compreensão do público ao qual se destinava (FONTOURA, 1965). Naturalmente, conforme assinala Silva (2003), esses autores selecionavam o que consideravam ser ‘essencial’ para a profissão docente, eles exerciam a autoridade de ensinar o que se tem por mais legítimo na área, fundamentando as práticas ‘ideais’ para o professorado.

Segundo Fontoura (1965), a expressão *Escola Viva* foi por ele forjada para expressar os princípios norteadores da Série. Muito embora a mesma tivesse por base a maioria dos princípios da Escola Nova, os fundamentos da educação eram abordados sob uma ótica peculiar, pois a “Escola Nova” assumiu sentidos com os quais o autor não compactuava. Alguns autores “escolanovistas” defendiam a absoluta liberdade do aluno na escola, o professor acabava por ser guiado pelo aluno, as escolas não deveriam ter programas e assim por diante. Além disto, a *Escola Nova* amiudadas vezes se deixou impregnar de ideologias políticas, socialistas, marxista, comunistas que eram rejeitadas põe ele rejeitadas por ser cristão e católico. Segundo explanou em uma de suas obras:

É que certos educadores, partidários da Escola Nova, são também contrários à religião na escola. Aham que a escola deve ser leiga e agnóstica. Vários dos líderes da Escola Nova são socialistas e comunistas, e como tal infensos a qualquer intervenção da Igreja na educação. Mas o erro não está na Escola Nova, e sim em seus chefes. Tanto assim que alguns líderes reconhecem a necessidade da estreita relação da religião e a escola. O que os cristãos combatem, portanto são os exageros, o unilateralismo, o extremismo da Escola Nova. Despida ela desses excessos, nenhuma incompatibilidade existe entre a nova doutrina educacional e a religião. Mas, para justamente evitar mal-entendidos é que costumamos sempre usar a expressão Educação Renovada em vez de Escola Nova. A Educação Renovada é a Escola Nova purificada e retificada. É a síntese do que há de bom nas doutrinas cristãs que não são velhas porque são eternas (FONTOURA, 1957, p. 116-117).

Expôs também a concepção político-filosófica que norteava a Série. Segundo explicitou, a mesma era embasada no pensamento do Papa João XXIII, nas Encíclicas “*Mater et Magistra*” e “*Pacem in Terris*”, em Jaques Maritain, nos dominicanos Le Bret, Desmarais ou Van Gestel, nos jesuítas Riquet ou Jean Villain, em Jaques Perrin, Dom Helder Câmara, Alceu Amoroso Lima e em J. C. Oliveira Torres a (FONTOURA, 1965).

Segundo declarou, para evitar certos exageros da Escola Nova, preferiu substituir a expressão por *Escola Viva* - uma escola que, “Se reconcilia com a vida, que se articula de novo com a vida, que trás para dentro da sala de aula os problemas e as angustias da vida, não para chorá-los e deblaterar contra eles, mas sim para descobrir-lhes soluções” (FONTOURA, 1965, p.19).

Para Fontoura (1965) tratar da *Escola Viva* implicava na definição de fins e objetivos da educação, mas também era uma questão de meios, pois a escola deveria ser dinâmica, palpitante, na qual os alunos não fossem meros espectadores ou simples ouvintes do discurso do professor. Antes, o aluno deveria se transformar em ator, em planejador e executor da vida escolar. Segundo os princípios da *Escola Viva*, os alunos deveriam pensar, discutir, trabalhar, realizar coisas, porém tudo sob a supervisão do professor. Este “deixa de ser o gramofone, a vitrola automática que fala sozinha”. Antes, o professor deveria ser aquele que “planeja, sugere, motiva, sabe levantar a turma, entusiasma-la e conduzi-la a fazer as coisas que necessitam ser feitas. Em suma, é aquele que substitui nos alunos as clássicas atitudes de escutar, prestar atenção, ficar calado, ficar imóvel pelas atitudes dinâmicas de pesquisar, discutir, fazer coisas, usar as mãos, a cabeça toda e não apenas a capacidade de decorar (FONTOURA, 1965, p.19,20).

O Manual “*Fundamentos de Educação (uma introdução à educação renovada e à escola viva)*”, possui 380 páginas e está organizado em 3 partes: Primeira parte: *Fundamentos da Educação* composta por seis capítulos: I.A Educação – A Escola – Princípios de Educação Renovada; II. Pedagogia e Psicologia – A Psicologia da Infância, III. Psicologia Diferencial - As Diferenças Individuais; IV. A Criança Problema - Desajustamentos na Vida Social e na Escola-Disciplina Escolar; V. Os Testes Mentais e sua importância; VI. Psicologia da Aprendizagem. A segunda parte sob o título – *Metodologia* - é composta por 10 capítulos: VII. Metodologia da Leitura e da Escrita; VIII. Metodologia do Cálculo; IX. Metodologia do Desenho e dos Trabalhos Manuais; X. Metodologia das Ciências Físico-Naturais; XI. Metodologia das Ciências Sociais, XII, Metodologia de “Centros de Interesse e de “Projetos”; XIII. Instituições Escolares; XIV. Verificação do Aproveitamento Escolar; XV. Condições Higiênico-Pedagógica das construções Escolares; XVI. Estudo das Doenças Próprias da Infância. A Terceira parte é dedicada ao estudo da *Administração Escolar* e abriga três capítulos: XVII. Administração Escolar; XVIII. Organização da Educação Primária e XIX. Estatística Escolar. Além destes dezenove capítulos apresenta uma introdução, anexos com modelos de provas de “Concurso de Ingresso ao Magistério” aplicadas em concursos anteriores, vocabulário de termos e pequenas biografias de destacados pedagogos.

A obra em questão é uma espécie de Introdução Geral à *Educação Renovada*. Aborda questões fundamentais que todo professor ou futuro professor deveria compreender, tais como: O que é Educação, -- O que é a Escola,--- os seus Fins, os meios e os graus, as formas, os tipos de educação. Trata-se, por assim dizer, de uma espécie de condensação dos temas abrangidos pela Série *Escola Viva* e, que são tratados, de forma aprofundada, cada um deles em um volume próprio.

Os temas abordados neste volume introdutório estão embasados no pensamento de educadores que tinham filiação com a Escola Nova e a Educação Renovada, entre eles: Claparède, Dewey, Decroly, Ferrière, Kilpatrick, bem como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e outros. Mas, além destes autores filiados ao escolanovismo, Fontoura utilizou como fonte as obras de educadores Católicos⁴. Dentre eles, merecem

⁴ Sobre estes autores oferecemos uma breve biografia em nota de rodapé, retiradas principalmente da obra de Fontoura(1965).

destaque, Everardo Backheuser⁵, educador brasileiro, defensor da Educação Católica, Dom Bosco⁶, De Hôvre⁷, filósofo suíço que procurou harmonizar a pedagogia católica com a psicologia moderna, Monsenhor Dupanloup⁸ pedagogo clássico da Educação Cristã na França, Jacques Maritain⁹ um dos maiores vultos do pensamento católico contemporâneo, Pio XI¹⁰, Henry Spalding¹¹ e Johan Spalding¹² eminente pedagogo norte-americano e sacerdote católico. Amaral Fontoura, portanto buscou um sincretismo do pensamento de educadores da *Escola Nova* com os princípios da educação católica.

Segundo Carvalho (1998), na década de 1930, o grupo dos “católicos”, formados por membros do Laicato Intelectual articulados a associações religiosas, começou a se organizar em oposição aos chamados “pioneiros”, entre os quais estavam os responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e dirigentes da Associação Brasileira de Educação (A.B.E.) que atuavam junto ao governo dando diretrizes para as reformas educacionais. Havia, portanto, uma disputa pelo controle ideológico e técnico da escola, estimulada pela criação do Ministério de Educação e Saúde em 1930 que tinha como meta

⁵ Everardo Backheuser (1876-1951). Grande vulto da educação brasileira, defensor da educação cristã. Professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da faculdade de Filosofia Santa Úrsula. Diretor do Instituto de pesquisas Educacionais da Prefeitura do Rio. Em sua obra: “Técnica da Pedagogia Moderna” de 1936, se mostrou defensor da Escola Nova, procurando mostrar que não existe incompatibilidade entre a Educação Renovada e o Catolicismo. No entanto, Silva (2008) destaca que, Backheuser, teceu críticas à algumas concepções elaboradas por Dewey. Neste manual, ele pretendeu enfrentar problemas teóricos e práticos da Escola Nova e apresentou um manual com um “duplo ponto de vista”: aquele dos tratadistas a-religiosos e a doutrina dos mestres as pedagogia católica. Escreveu ainda: “Aritmética na Escola Nova (1933); “Biotipologia Educacional” (1941) e “O Professor” (1946).

⁶ Dom Bosco (1815-1887). Nasceu em Turim, na Itália. Segundo De Hôvre, foi um prático genial da educação. Em suas escolas deu o máximo desenvolvimento à educação social, à formação profissional e à recuperação moral dos alunos.

⁷ F. De Hôvre, filósofo da educação, foi discípulo do Cardeal Mercier, filósofo e psicólogo da Universidade católica de Louvain. Procurou harmonizar os ensinamentos da pedagogia católica com a psicologia moderna. Seu pensamento sempre foi equilibrado, fez elogios a Dewey, apesar de Dewey ser considerado socialista, naturalista e agnóstico. Obras: “Ensayos de Filosofia Pedagógica”; Pedagogos Y Pedagogia del Catolicismo”; Pensadores pedagógicos contemporâneos”.

⁸ Monsenhor Feliz, Dupanloup (1802-1878) francês, foi o pedagogo clássico da Educação Cristã. Pode ser considerado o precursor da educação Moderna, pois colocou em relevo ao valor da educação, em uma época que se dava valor, apenas, á instrução, ao ensino verbalista. Segundo ele: “a educação é fim, a instrução não é senão um de seus meios”. Obra: “De l’Education”(1851)

⁹ Jacques Maritain, nascido em Paris, em 1890, foi um dos maiores vultos do pensamento católico contemporâneo. Foi filósofo, psicólogo e pedagogo. Foi o maior representante do Neotomismo no mundo moderno. No terreno político, advogava a constituição de uma “democracia cristã”, isto é, de um regime político baseado em princípios cristãos. Seu grande seguidor no Brasil foi Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Obras: “Princípios de Filosofia”(2 vol.); “Religion et Culture”; Rumos da Educação.

¹⁰ Pio XI - Papa da Igreja Católica de 1922-1930. Escreveu a célebre Encíclicas: “Divini Illius Magister”na qual a Igreja estabeleceu pela primeira vez, seus pontos de vista sobre a Educação Moderna. Pio XL advogava o respeito á personalidade do aluno, a sua participação na sua própria educação, o desenvolvimento das atividades sociais pela escola. Combatendo a escola que se limitava a instruir, afirmou: “a educação cristã deve compreender a vida do homem sob as suas formas: sensível e espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social [...] para elevá-la, coordená-la aperfeiçoá-la, segundo os exemplos e a doutrina de Cristo.

¹¹ Henry Spalding foi sacerdote jesuíta norte-americano. Professor do *St. Mary’s College* de Kansas. Educador e sociólogo de renome, dado o sentido moderno e progressista de seus ensinamentos. Obras: “Instrudoctory Sociology”; “Social Service”; “Social History.

¹² Johan Lancaster Spalding (1840-1916). Eminente pedagogo norte-americano e sacerdote católico. Ocupou-se em demonstrar a correlação entre educação e vida. Segundo ele, “a educação é, por natureza, uma processo vivo – o importante não é o que o professor diz ou ensina na aula, mas o que ele faz. Qualquer que seja o método é o material didático, o êxito do professor depende da qualidade de sua vida. Estes princípios enunciados, seriam mais tarde, desenvolvidos por Claparède, Dewey e outros. Obra: “Theories and Education”.

criar um sistema educacional brasileiro. Por seu turno, os representantes da Igreja Católica procuraram influenciar as decisões governamentais e, por meio de manuais, orientar os futuros professores quanto à “melhor” maneira de conceber a educação e as práticas docentes.

Durante a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases, futura Lei 4024/61, o debate em torno dos princípios da Escola Nova e da Igreja Católica foi novamente reavivado. Para reafirmar os ideais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, os “escolanovistas” elaboram um novo manifesto – *Mais uma vez Convocados* – que se posicionava contra o discurso da Igreja Católica sobre a “liberdade de ensino”, discurso esse que se transformou em plataforma política do Deputado Carlos Lacerda, para defender a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação básica. O manifesto, de 1959, prosseguiu reafirmando a educação como bem público e dever do Estado. Nele reaparece a proposta dos pioneiros da educação nova, de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita.

Amaral Fontoura desde finais da década de 1940, mas principalmente nas décadas de 50 e 60, se empenhou na escrita destas séries de manuais pedagógicos levando em conta os princípios dos principais expoentes do movimento escolanovistas, porém filtrados pelos postulados da religião Católica. Segundo Valdemarin (2010),

por meio dos manuais, os autores apresentam uma apropriação criativa, discursiva e instrumental das teorias estrategicamente difundidas e, com isso, criam uma rede de relações significativas. Ao estabelecer modos de emprego, fabricam novos sentidos que combinam modos de pensar com sua utilização e, além das sínteses teóricas, consideram a legislação e, principalmente fornecem aos professores um sentido de continuidade entre o que já fazem e as inovações pretendidas, sem ameaça-los com a necessidade de ruptura (p. 130).

A conciliação entre o pensamento “escolanovista” e o católico atendeu as finalidades da Igreja em divulgar a *Escola Nova* segundo seus moldes e interesses, afastando as ideias liberais que defendiam a educação laica. Fontoura (1965), argumentava que o movimento da *Escola Nova* surgiu da necessidade de aproximar a escola ao desenvolvimento científico no ramo da Psicologia, da Sociologia, da Biologia e da Higiene. A *Escola Nova* “é uma escola ajustada a essas conquistas, representa a reação contra o excesso de formalismo e de rigidez da escola tradicional” (p. 45). Mas, querendo evitar um excesso, a Escola Nova caiu no excesso oposto,

a escola antiga exigia de seus alunos atitudes artificiais, disciplina exagerada, subordinação total ao professor, fazendo do jovem um autômato, um indivíduo sem personalidade. A escola nova passou ao polo oposto, concedendo demasiada liberdade ao aluno, permitindo quase que as crianças se transformassem em donas da escola, só fazendo o que quisessem. Havia necessidade, assim, de um meio termo: nem tanta rigidez, nem tanta liberdade (FONTOURA, 1965, p. 45).

O autor designa de *Educação Renovada* o tipo de educação que combina, equilibradamente, o que há de bom na *Escola Nova* com o que existia de aproveitável na Escola Tradicional. Este era o ponto de vista dos educadores católicos que se baseavam no princípio “*non novum sed nove*” (não coisas novas, mas de maneira nova). Este princípio tinha raízes no pensamento do Apóstolo Paulo que dizia na carta aos Tessalonicenses: “examinai tudo, conservai o que é bom”. Pode-se deduzir dois princípios destas palavras: 1. O professor aceitará o que é novo desde que seja bom e proveitoso; 2. O professor não abandonará o antigo que já se provou ser eficiente (FONTOURA, 1965, p.46).

Os Fundamentos da Educação e a Escola Viva.

No capítulo I sob o título, *A educação --- A escola --- Princípios da educação renovada --- Que é “Escola Viva”*, Fontoura começa por discutir – O que é a Educação sob diversas perspectivas. Depois de apresentar o sentido etimológico do termo, recorre aos autores católicos – Dupanloup e Backheuser, para conceituar educação como um processo de formação da personalidade humana. Segundo menciona, para Dupanloup, educar “é formar o homem inteligente, o homem bom, o homem com suas faculdades gerais e suas faculdades especiais e individuais[...]”. Para Backheuser, “educar é fornecer ao homem elementos de aperfeiçoamento pessoal [...]”. Formar o indivíduo é, assim, o escopo definitivo de todo o processo educativo da formação do homem integral” (FONTOURA, 1965, p.37).

Continuando a conceituação, argumenta que a educação não se encerra na formação do indivíduo, ela deve promover o ajustamento do indivíduo aos ideais, às atitudes, às normas da sociedade. Este conceito, segundo afirma, encontra respaldo em Durkheim que diz que a “educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social”. Segundo o teórico, a educação deve desenvolver na criança certos estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade a que a criança se destina. Ainda sobre o aspecto de educação como um processo de socialização. Fontoura (1965) recorre a pensadores católicos, por exemplo, a Pio XI que em sua Encíclica “*Divini Illius Magistri*”, afirma que a “educação é obra necessariamente social e não singular”, a Dupanloup que proclama: “o lado social é o grande lado do problema educativo”. Backheuser acrescenta “não pode a escola descuidar a educação social, cumpre, ao contrário, desenvolvê-la tão largamente quanto possível”.

E prossegue, a educação pode ser entendida como o processo de transmissão da cultura. Citando Anísio Teixeira, enfatiza que a “educação é o fenômeno social através do qual a geração adulta transmite à nova geração as conquistas de sua civilização”. Porém, continua argumentando que uma geração não pode entregar à geração mais jovem a cultura pronta e acabada. Ao contrário, cada indivíduo e cada geração recebe um cabedal de experiências, mas se apoiando em Dewey, diz que estas experiências devem ser reconstruídas, ampliadas e enriquecidas. A educação tem que ser integral, ocupar-se com o homem todo, como um ser físico, intelectual, moral, social, político, econômico, artístico e religioso. Citando Pio XI, conclui que “nunca deve-se perder de vista que o sujeito da educação cristã é o homem todo, espírito unido ao corpo em unidade de natureza” (FONTOURA, p.39,40).

Enfim, embasado nos diversos autores citados, Fontoura (1965) define educação como: “o desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades do indivíduo, com o duplo

objetivo de permitir a plena expansão da personalidade humana e concorrer para a organização de uma vida social melhor” (p.40).

Ampliando o entendimento sobre o conceito de educação e quais são seus fins, no sub-tópico *Educação e Vida*, Fontoura (1965) contrasta duas visões amplamente difundidas entre os educadores: a primeira afirma que “educação é a preparação para a vida” e a segunda, defende que a “educação se processa durante toda a vida”. Para tanto, cita Dewey que afirma que “educação é processo de vida, educação é vida, não preparação para a vida”. A educação escolar, no entanto, não deve ser a simples repetição da vida, pois segundo Backheuser “escola não é uma simples reprodução da vida, mas a própria vida retocada visando torna-la melhor” (p.42). Procura, com suas alegações, demonstrar que o movimento da *Escola Nova* e da *Educação Renovada* buscavam conciliar a escola com a vida. Seguindo o lema de Decroly, enfatiza que a escola deveria ser “da vida, para a vida e pela vida”.

Para propor os fins da educação, recorre à Maritain, um dos maiores vultos do pensamento católico que afirmava: “a educação deve ter em mira o grupo social e o papel que o homem nele desempenha. Formar o homem para uma vida de cooperação útil e normal da comunidade, orientar o desenvolvimento da pessoa humana na esfera social, despertando e fortificando seus sentimentos de liberdade, obrigação e responsabilidade”. Este se constitui no objetivo essencial, mas o fim último da educação está na vida pessoal e no progresso espiritual do homem (FONTOURA, 1965, p.43). Enfatiza que o movimento da *Escola Nova* surgiu em fins do século XIX, da necessidade de reconciliar a *escola* com a *vida*, em virtude do grande desenvolvimento científico no campo da Biologia, da Psicologia, da Sociologia, da Higiene, da Física e da Química.

Ao tecer críticas sobre a *Escola Nova*, afirma que segundo seu modo de entender, a *Educação Renovada* estava embasada em seis princípios fundamentais, a saber, 1. Princípio.— A educação deve estar fortemente ligada à vida.---A finalidade da escola não é dar o conteúdo previsto no programa de ensino, não é “dar instrução”: a finalidade da escola é a vida[...]. É ensinar o homem a ser melhor para si próprio e para os outros; 2. Princípio. – A Escola Renovada oferta educação integral.—A escola não deve se limitar a “dar instrução”, mas deve atingir todas as estruturas do espírito humano. De acordo com Spranger, o espírito humano não é um todo único, mas sim uma tessitura, uma trama de estruturas. Essas estruturas são em número de seis: a) científica; b) artística; c) política; d) social; e) econômica e f) mística ou religiosa; 3. Princípio. -- A escola deve ser uma sociedade em miniatura, portanto deve não apenas tratar de todos os assuntos que interessam à comunidade, mas também reproduzir os processos de vida da comunidade; 4. Princípio.-- Participação ativa do aluno na sua educação e na vida da escola. Quem deu suporte a este princípio foi Pio XI que ressaltava “a necessidade cada vez mais consciente da cooperação ativa do aluno na sua educação”. Fontoura (1965) sugere vários meios de estimular a participação ativa dos alunos na escola; 5. Princípio. -- Entrelaçamento da “técnica” com o sentido “afetivo” e “espiritual” da escola. Defende que para realmente ser uma casa de formação de criaturas humanas, a escola precisa ser um ambiente de comunidade de vida, de comunhão de ideias. Cita Pestalozzi que pregava que : “Sem Deus e sem caridade o homem não é homem: é bárbaro”. Busca apoio também em Dom Bosco que expressou de forma lapidar este princípio: “a escola deve ter muito de lar, um pouco de templo e nada de quartel”. Ter um pouco de templo não significa que a escola seja um lugar que se passe o tempo todo a rezar, mas seu ambiente deve ser digno e elevado como

o de um templo e complementa: “os ensinamentos de Jesus constituem o maior compêndio de educação que a humanidade, por esta razão Ele é chamado de *Divino Mestre* (Fontoura, 1965, p.57) e 6. Substituição da “força” pela “compreensão” e pelo “amor”. O desenvolvimento da personalidade da criança tem que se fazer pela compreensão e pelo amor e não pela violência. Para que o professor seja querido por todos, ele precisa antes de tudo, amar seus alunos, seu trabalho, sua profissão. E, concluía, esta é a “Pedagogia do amor” desenvolvida pelo grande educador da Escola Nova que foi Dom Bosco (FONTOURA, 1965, p. 57-58).

Segundo Amaral Fontoura (1965), a escola tradicional tinha como foco apenas a educação científica, isto é, a sua finalidade era a transmissão de conhecimentos tais como os de: Aritmética, Álgebra, Geometria, Química, Geografia, História, Zoologia, Botânica, Português, Latim, além de outros. A *Educação Renovada*, além destes conhecimentos, preocupava-se em despertar do senso artístico dos alunos para que pudessem perceber o belo em uma pintura, em uma música, em uma obra literária ou em um pôr – do- sol. Preocupava-se também com a socialização dos alunos, fazendo-os compreender as normas das relações sociais, inclusive inculcando-lhes normas de “boas maneiras” que caracterizam os indivíduos “civilizados”; devia também, desenvolver nas crianças o valor do trabalho humano, a compreensão da dignidade de todas as profissões. Para tanto, cabia à escola oferecer Oficinas de Trabalho, Aulas de Trabalhos Manuais e de Artesanato.

Ainda, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da pessoa, a *Educação Renovada* deveria cuidar de quatro aspectos fundamentais na formação das crianças e dos jovens: político, religioso, moral e da saúde. Para atingir estes fins seria necessário trabalhar com as noções de nação, comunidade, e de democracia; treiná-los na convivência democrática dentro da escola. Sem inculcar nenhuma religião ou seita, oferecer-lhes uma educação religiosa, discutindo a ideia de Deus, de amor ao próximo e de respeito aos mandamentos da Lei de Deus. No campo da Educação Moral a escola deveria trabalhar com o aluno de modo a desenvolver o conceito de Bem, do Dever, de Honestidade, de Tolerância, de Amor à Verdade, com vistas ao desenvolvimento do caráter do aluno. Já a Educação da Saúde deveria desenvolver hábitos de higiene corporal, dos alimentos, do vestuário e da habitação. Os meios para atingir tais fins seriam a prática de ginástica, exercícios e esportes. Tendo-se em mente a afirmação de que “criança com fome não aprende”, alimentação das crianças deveria receber atenção especial por meio da criação do Serviço de Merenda Escolar.

Para dar conta de tratar dos assuntos da sociedade, a escola deveria manter diversas “Instituições Sociais” tais como a Caixa Escolar, o Clube de Leitura, o Grêmio Artístico, o Teatro Escolar, o Centro Cívico, o Clube de amigos, da Natureza, além de outros. Estas instituições deveriam propiciar a formação do “espírito de grupo”, a solidariedade social, o hábito de trabalhar em equipe, o surgimento das lideranças, além de outros aspectos.

Fundamentos e Práticas da Educação e a Escola Viva.

O autor se preocupou em fazer a distinção entre as expressões “*Escola Nova*” e “*Escola Ativa*”. Para ele, *Escola Nova* significa a revolução total operada na educação, em busca de novos fins, de novos ideais educativos. Já a *Escola Ativa* significa a participação ativa do aluno na sua educação. A doutrina da *Escola Nova* diz “o que é a escola”, para que

serve a escola; a doutrina da *Escola Ativa* diz “como é a escola”, como fazer, como organizá-la em seu mecanismo de funcionamento, a fim de que que possa melhor atingir os seus fins.

Fez questão de explicitar também o conceito de *Escola Viva*, que considera que a coisa mais importante na escola é o aluno, é a criança. O professor deve estar ali para educar o aluno e não para cumprir um programa. Segundo seu entendimento, a *Escola Viva* vai além da *Escola Ativa*. Esta deve ser uma escola “cheia de vida” em todos os sentidos. Vida no prédio escolar, vida nos métodos de ensino, vida nos materiais adotados; mas sobretudo, vida no professor e no aluno. O prédio escolar precisa ser alegre, pintado com cores claras, com janelas amplas, as salas devem ser decoradas com quadros, cartazes, mapas, pinturas, etc. Em cima das mesas, carteiras e armários é preciso que haja plantas, colorindo de verde o ambiente. Plantas significam *vida*. O material de ensino deveria incluir jogos didáticos, testes, recursos audiovisuais, projeções e cinema. Sempre que possível estes materiais deveriam ser elaborados pelos próprios alunos, pois isto traria mais *vida* para a escola.

Quanto aos métodos adotados, a *Escola Viva* tinha como fundamento o trabalho do aluno que consiste na redescoberta da ciência pelas crianças através da pesquisa, do diálogo, com o professor, o debate em classe, dos testes, das experiências das visitas pedagógicas, da confecção de relatórios, bem como o emprego da dramatização, do teatro e de clubes pedagógicos e de Instituições Escolares. A *Escola Viva* deveria ser a “revolução copernicana” da escola. (FONTOURA, 1965, p. 63).

Fontoura (1965) dá grande destaque aos estudos de Psicologia, dedicando três capítulos aos mesmos. No Capítulo II, se ocupa da Psicologia da Infância, no capítulo III, trata de questões da Psicologia Diferencial e, no Capítulo V, dos testes mentais e sua importância no âmbito escolar. No capítulo II, autor destaca o grande desenvolvimento da Psicologia Infantil no século XIX, principalmente o ramo da Psicologia Genética ou Psicologia Evolutiva segundo Mira Y Lopez, que trata da origem e do desenvolvimento da vida mental. Salienta que um dos maiores vultos desta especialidade é Stanley Hall que enunciou a teoria da recapitulação. De acordo com esta teoria, a *Ontogênese* repete a *Filogênese*, isto é, a criança atravessa em seu desenvolvimento mental, os mesmos estágios que a humanidade o fez. Depois de nos oferecer uma análise da lei da Biogenética e os interesses da criança, conclui que “não se pode ensinar a qualquer criança qualquer coisa em qualquer idade, pelo contrário, o educador da infância tem que obedecer às leis do desenvolvimento natural e biológico da criança” (FONTOURA, 1965, p.74-75).

O autor descreve ainda as fases do desenvolvimento mental infantil segundo Claparède, fazendo uma análise detalhada de cada uma destas fases. Ressalta também que a *Educação Renovada* está fundamentada na Psicologia, que defende que a criança é fundamentalmente ativa, daí a criação da *Escola Ativa*, baseada na constante atividade física e mental da criança. Com base nestes princípios, sugere o direcionamento que a Escola deve seguir: a escola deve, ser direcionada mais para a afetividade do que ao raciocínio abstrato, pois a criança é profundamente afetiva. Sustentado pelos preceitos de Dom Bosco, “o santo – educador”, afirma que o mestre precisa amar seus alunos para poder educa-los (FONTOURA, 1965, p. 83). A criança não consegue ver o mundo muito além de sua própria pessoa e o círculo de sua vida, a escola deve ensinar a partir da vida da própria criança, do lar, do meio que a rodeia; partir do próximo para o remoto, do presente para o passado, do

concreto para o abstrato. Esta visão norteou a Proposta Metodológica para o ensino das Ciências Sociais na escola primária, explicitada no capítulo XI do Manual.

Neste capítulo que versa sobre a Psicologia da Infância, são propostos os seguintes Tópicos para Discussão: 1. Podemos considerar a criança como um pequeno adulto? Por quê?; 2. O comportamento da criança é de caráter adaptativo. Explicar o que significa isso; 3. O que entende por Psicologia Genética?; 4. Explicar a “teoria da recapitulação” de Stanley Hall; 5. Enumere as fases do desenvolvimento mental da criança; 6. Quais são os três grandes períodos em que se divide a vida da criança?; 7. Que caracteriza a Criança na “fase lúdica”?; 8. Características mentais da crianças em idade escolar; 9. Em que princípios psicológicos se baseia a Escola Ativa?; 10. Explicar em que consiste cada um dos caracteres típicos da conduta infantil: a) egocentrismo, b) concretismo, c) imediatismo, d) afetividade e, e) imitação.

Já no capítulo III, o autor esclarece que a Psicologia Diferencial trata da classificação dos indivíduos segundo suas diferenças individuais que basicamente podem ser : a). físicas, b). intelectuais, c), de personalidade e, d). de aptidão. Como base de seus estudos recorreu principalmente a Kretschmer, Jung, Spranger e Binet. O psicólogo Binet difundiu o conceito de “idade mental”, pois defendia que nem sempre existe uma correlação entre a idade cronológica e a mental; Stern, por sua vez, criou o conceito de Quociente de Inteligência (Q.I). Para se determinar o Q.I e a “Idade Mental”, foram desenvolvidos diversos testes, entre eles a “escala de Binet – Simon”, o “Teste de Tirmann”, entre muitos outros.

De acordo com esses psicólogos a compreensão das diferenças individuais tinha forte influência na organização escolar e no ensino. Para atenuar a questão das diferenças individuais em uma mesma classe, algumas soluções foram propostas, como por exemplo a seleção dos alunos de acordo com o seu Q.I. para a organização das “classes homogêneas”. Outros planos também são apresentados tais como o “Plano Cambridge” que previa a organização de classes paralelas, com programas iguais e tempos diferenciados; “Plano Dalton” (Dalton Laboratory Plan) que previa a organização de salas para cada matéria, onde o aluno poderia entrar livremente, assistia determinada aula e depois ia para outra sala.

Intimamente relacionada à Psicologia Diferencial, o capítulo V do Manual, trata dos Testes Mentais e sua importância no âmbito escolar. Destaca que existem três tipos de testes: o teste mental que mede o nível de desenvolvimento mental; o teste de escolaridade para verificar os conhecimentos adquiridos pelo aluno; teste de aptidão destinado a diferenciar os indivíduos segundo suas tendências e, o teste de personalidade destinado a verificar as características gerais da pessoa.

Amaral Fontoura (1965), nas páginas do Manual, apresenta ainda um estudo detalhado sobre os vários tipos de testes¹³e ressalta a importância da utilização dos Testes Mentais na escola para classificar alunos de acordo com suas diferenças individuais e, depois reuni-los em grupos mais ou menos homogêneos. Uma grande dificuldade encontrada nas escolas públicas brasileiras para a difusão da escola para todos, desde o início do século XX, era o elevado índice de reprovação na primeira série do ensino primário, fato que representava o fracasso da escola pública, um dos grandes ideais republicanos e do escolanovismo. A população escolar da primeira série que era heterogênea, oriunda de diferentes origens

¹³ Fontoura indica para aprofundamentos a obra de sua autoria: Manual de Testes, publicado pela Editora Aurora, Rio de Janeiro.

socioeconômicas, apresentava diferentes níveis de idade mental e de maturidade para aprender a ler e escrever. Para os chamados “psicologistas”, em sua maioria autodidatas, a utilização dos Testes Mentais e de Quociente de Inteligência em uso na Europa e Estados Unidos, significava a entrada da “Experimentação Científica” no meio escolar que poderia auxiliar na organização de *classes homogêneas*¹⁴.

Para conseguir a homogeneização das classes Fontoura destacava a utilização do Teste de maturidade ou o “Teste ABC” destinado a medir a maturidade mental do aluno para a aprendizagem da leitura e da escrita. Este teste foi desenvolvido por Lourenço Filho em 1925, enquanto era professor da Escola Normal de Piracicaba em São Paulo. A capacidade de uma criança aprender a ler e escrever é relativamente independente de sua idade cronológica ou mental, depende da maturidade mental que é medida pelo “Teste ABC”. A maturidade mental para leitura e escrita se expressam numa série de requisitos a saber: 1) coordenação visual – motora; Resistência à inversão na cópia de figuras; 3) Memorização visual; 5) Capacidade de prolação (pronunciar sons); 6) resistência à ecolalia (repetição automática de sons e palavras); 7) memória auditiva ; 8) índice de atenção dirigida; 9) vocabulário e compreensão geral.

Lourenço Filho, por meio do “Teste ABC”, buscava medir cada um destes fatores. De acordo com os resultados é que deveriam ser organizadas as *classes homogêneas* na primeira série escolar. Desta maneira, os alunos com mais de 16 pontos formariam a classe C; alunos entre 12 e 16 pontos formariam a classe B e alunos com menos de 14 pontos a classe A. Lourenço Filho explicava que “maturidade” apresentava o mais alto índice de correlação com o desempenho das crianças no aprendizado inicial da leitura e da escrita. A maturidade era entendida como sendo um processo interno que expressava-se “por coordenação visual-motora e auditiva-motora da palavra, da atenção e da fatigabilidade”¹⁵. Os Testes de Binet¹⁶, os de Termann¹⁷ e o ABC de Lourenço Filho¹⁸ passaram a ser utilizados no sistema escolar de

¹⁴ Para maiores detalhes verificar FERREIRA, A. G; VECHIA, A. As desigualdades e a retórica da escola para todos no Brasil das décadas de 20 e 30 do século XX. In: VECHIA, A; FERREIRA, A. G. *A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço latino-americano nos séculos XIX e XX*. Curitiba, Editora Tuiuti, 2016.

¹⁵ Os estudos e experimentos da psicologia, no Brasil, surgiram no campo da medicina, especificamente na Neurologia, na Psiquiatria e na Medicina Social. Mas, foi neste último campo que se estabeleceu a ligação com os educadores, através da difusão dos princípios da higiene mental e da utilização de testes diagnósticos. Os primeiros ensaios práticos com testes psicológicos foram também realizados por médicos. O pediatra Fernandes Figueira utilizou o teste de Binet, pela primeira vez no Brasil em 1913. O educador Lourenço Filho, passou a realizar pesquisas com uso de testes em 1921. Porém, a primeira publicação em forma de livro sobre o assunto, foi de autoria do jornalista e político Medeiros e Albuquerque em 1924.

¹⁶ Em 1904, o Ministério de Instrução da França nomeou uma comissão para estudar o problema de retardos entre os alunos das escolas oficiais. Como membro desta comissão Binet, em colaboração com Simon, desenvolveu a primeira escala de inteligência visando fornecer um índice geral do nível intelectual do indivíduo (Anastasi, 1972, p. 18-19).

¹⁷ Nos Estados Unidos da América, foram feitas muitas revisões e adaptações destes testes, sendo a mais conhecida a realizada na Universidade de Stanford, sob a direção de Termann.

¹⁸ O chamado Teste ABC é composto por oito provas. Prova I: Controle visual-motor : a criança deveria reproduzir, em um minuto, no papel três desenhos que a professora lhe mostrava (um quadrado, um losango e uma figura irregular). Prova II: Memória visual. A criança deveria citar, de memória, o nome de sete objetos que a professora lhe apresentava, em um quadro, durante meio minuto. (caneca, chave, sapato, laranja, automóvel, gato, mão); Prova III: controle visual motor. O professor deveria traçar com o dedo no ar três diferentes desenhos: um espiral, uma linha quebrada formando um M e duas linhas cruzadas de modo a formar um triângulo à direita. Após a apresentação de cada desenho o aluno deveria reproduzi-lo com o dedo no ar e em seguida com o lápis no papel; Prova IV: Memória auditiva – a professora pronunciava em voz alta sete palavras: árvore, cadeira, pedra, cachorro, flor, casa, peteca – seguir, a criança deveria repeti-las; Prova V: Memória

diversos Estados da Federação, principalmente em decorrência das reformas educacionais efetuadas sob o signo da *Escola Nova*¹⁹.

Depois de apresentar, de forma sintética²⁰ em cinco capítulos, a Metodologia da Leitura e da Escrita, do Cálculo, do Desenho e dos Trabalhos Manuais, das Ciências Físicas – Naturais e das Ciências Sociais, Fontoura (1965) defendeu que a *Escola Renovada* estabeleceu novos fins educacionais e novos meios para atingi-los. Estes meios ou métodos de ensino, gerais para todo o ensino primário, deveriam possuir fundamentos psicológicos e sociais. Os métodos apresentados deveriam ser fundamentalmente baseados na atividade e nos interesses da criança. As situações problema propostas aos alunos deveriam ser reais, isto é, que tivessem relação com a vida da criança. Sendo a escola entendida como uma sociedade em miniatura, os métodos de ensino deveriam levar para o seu interior as situações reais do cotidiano. Os alunos deveriam aprender a trabalhar em equipes desenvolvendo o sentimento de solidariedade e, cada criança deveria aprender a desempenhar uma função dentro da comunidade escolar.

Para atingir tais fins, Fontoura (1965), sugere a adoção de três métodos didáticos que poderiam atender o preconizado pela Psicologia e pela Sociologia Educacional: o método de Centros de Interesse, o Método de Projetos e a Dramatização. Esclarece que o método de Centro de Interesses foi desenvolvido pelo educador belga Ovídeo Decroly e está fundamentado na evolução natural dos interesses da criança, portanto, deve levar em conta a criança e suas necessidades e auxiliá-la a inserir-se em seu meio que deveria ser cada vez mais amplo e complexo. Assim, todas as atividades sugeridas deveriam levar em conta a criança e sua família, a criança e sua escola, a criança e a sua sociedade até chegar ao estudo da criança e o sol, a lua, as estrelas, etc...

No capítulo XIII, o autor trata das Instituições Escolares, ou seja, das organizações criadas junto à escola com afinidade de completar o processo educativo suprimindo algumas lacunas deixadas pelas disciplinas propostas nos programas de ensino. Tais instituições tinham por objetivos proporcionar aos alunos atividades de seu interesse, desenvolver o espírito de comunidade, o hábito de viver e agir em sociedade, desenvolver o senso de responsabilidade, fomentar atitudes morais: ordem, disciplina, autocontrole, obediência às autoridades, espírito de companheirismo, etc.

Apresentou como fundamentos psicológicos para a criação destas organizações as novas compreensões sobre a aprendizagem – o aluno só aprende fazendo -, de preferência reunidos em equipes, associações e clubes. O segundo princípio apontado é o da aquisição da

Lógica- A professora contava uma história e mandava que a criança a reproduzisse, sem repetir a história, mas para verificar se compreendeu as idéias básicas; Prova VI: Capacidade de prolação- A professora pronuncia dez palavras de difícil pronuncia e a criança deverá repeti-las à medida que forem sendo pronunciadas. Ex: Nabucodonosor, desengonçado, Sardanápalo, etc.; Prova VII: Controle Visual- Motor. A criança deveria, em um minuto, recortar dois desenhos acompanhando com a tesoura as linhas irregulares (estilo linhas gregas) e Prova VIII: Controle Visual Motor e índice de fadigabilidade. O professor apresenta uma pagina cheia de quadradinhos. A criança deveria, com a ponta do lápis, em um minuto, colocar um ponto preto no centro de cada quadrado (Lourenço Filho, 1974, 127-139).

¹⁹ Para maiores detalhes verificar FERREIRA, A. G; VECHIA, A. As desigualdades e a retorica da escola para todos no Brasil das décadas de 20 e 30 sdo século XX. In: VECHIA, A; FERREIRA, A. G. *A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço latino-americano nos séculos XIX e XX*. Curitiba, tuiuti Ed. 2016.

²⁰ Fontoura indica outra obra sua *Metodologia para o Ensino Primário*, que trata em detalhes esta questão.

responsabilidade, pois segundo a *Educação Renovada*, cabe ao professor orientar a aprendizagem, mas o aluno deve tomar iniciativas, organizar as instituições, participar de seu funcionamento. Para dar suporte a esses fundamentos sociológicos recorreu a Dewey que concebe que “a escola é uma sociedade em miniatura”. Tais instituições ensejavam maior interação entre os membros da comunidade próxima que é a Escola.

Quanto às finalidades destas instituições, o autor classifica-as em dois grandes grupos: as educativas e as assistenciais. Quanto as suas funções, classificou-as em escolares- quando estavam integradas na rotina escolar, pariescolares, quando se enquadravam no espírito e nas finalidades da escola, mas não faziam parte do ensino regular e post-escolares, que se destinavam, por exemplo aos ex -alunos. Apresenta, à pagina 262, um quadro com os vários tipos e funções das Instituições Escolares. Entre as diversas listadas, se encontram: Bibliotecas Escolares, Cinema, Clube de Civismo, Clube Agrícola, Grupo de Escotismo,, Grêmios (Literários, esportivos, religiosos,etc). Jornais, Museu Escolar, Orfeão Escolar, Clube de Saúde, Caixa Escolar, Associação de Pais e Mestres, além de outros.

Na sequência, trata em detalhes, da Instituição Caixa Escolar e explicita detalhadamente o funcionamento das Caixas Escolares de São Paulo e do Rio de Janeiro, naturalmente para que servissem de modelo para outras escolas. Da mesma maneira, detalha minuciosamente o Regulamento de uma Biblioteca Escolar.

No sentido de firmar conceitos sobre o assunto, apresenta Tópicos para Discussão, a seguir relacionados.

1.O que entende por Instituições Escolares?; 2. As instituições escolares são organismos que se acrescentam à escola, para torna-la mais útil. Esta afirmação está certa ou errada? Por quê? ; 3. Diz Fernando de Azevedo:-- não é possível realizar um plano de educação integral sem o entendimento contínuo e sistemático entre os professores e os pais de alunos”. -- Explique por que; 4. |Em que fundamentos psicológicos se baseiam os educadores para dar tanto relevo às instituições escolares?; 5.”A escola é uma sociedade em miniatura”, -- Explique esta frase de Dewey e mostre que relações tem ela com o problema das instituições escolares; 6. A escola deve proporcionar “uma ativa cooperação dos alunos na sua educação, segundo a natureza própria de cada um”(Pio XI, na Encíclica “*Divini Illius Magistri*”). -- Que consequências tira você desse princípio para o problema das instituições escolares? [...] e 14. Explicar o sentido da frase de Constâncio Vigil: --”No sulco do arado a mocidade enterra os vícios”. Para dar suporte teórico a essas questões, buscou suporte teórico em: Backheuser, Maria dos Reis, Campos, Antônio D’Ávila, Luzuriaga, Decroly e Dewey.

Dedica-se também no capítulo XV às Condições higiênico-pedagógicas das construções escolares. À guisa de introdução, traz argumentos sobre a importância da Higiene na educação. Partindo do conceito de que educação é vida, é desenvolvimento e crescimento total e harmônico da personalidade, nos seus vários aspectos, físico, intelectual, moral, social, religioso e profissional, defendia que a questão da higiene como proteção da saúde, é fundamental na *Escola Renovada*. Saúde, entendida no seu sentido amplo: saúde física, mental, do espírito, alegria de viver. Recorre a Fernando de Azevedo que defendia que a mais grave de todas as questões da educação “é incontestavelmente a instalação das Instituições Escolares. A eficiência de um aparelho educacional está em função tanto de sua organização como de suas instalações. A escola deve ser um ambiente de conforto e de repouso, uma lição permanente de higiene”.

De acordo com os preceitos da *Escola Viva*, apresentava as diretrizes para a escolha de um local para a construção de uma escola. O terreno deveria ser amplo, em local seco e arborizado, silencioso, com áreas livres para a recreação. Quanto ao tipo de construção sugere que o prédio escolar fosse de apenas um pavimento, podendo, no entanto, ter dois ou três desde que seguisse as diretrizes da arquitetura moderna, isto é, com escadas largas, degraus baixos e/ou com rampas.

Especificava também detalhes quanto à planta de prédio e sugeria que fosse adotado um destes formato em **L-T-I – U** ou **H**, para permitir aeração e iluminação natural do edifício. O pé-direito deveria ter entre 3,70 ms a 4 ms, paredes lisas e pintadas em cores claras para melhor refletir a luz e dar mais vida á escola. Detalhava ainda as instalações complementares, as condições das instalações sanitárias, o abastecimento de água e esgoto e fossas. Como leituras complementares sugeria várias obras, dentre elas: Barreto, J. Barros, Tratado de Higiene, 1942; BURGENSEIN, Leo. Higiene Escolar. 1934; PEIXOTO, Afrânio. Higiene, 1926.

Ao abordar aspectos metodológicos do ensino primário, em vários capítulos do manual, as obras de referência eram, em grande parte, as vinculadas aos princípios da *Escola Nova*, despidas dos aspectos que, de alguma forma, entravam em conflito com a proposta de *Escola Viva* que defendia a aplicação, em sala de aula, dos valores morais e preceitos religiosos ditados pela Igreja Católica.

Considerações Finais

Os Manuais Pedagógicos foram muito disseminados nos cursos de formação de professores, sendo o público alvo aqueles que estavam tendo os contatos iniciais com as questões do magistério primário. Os autores destes Manuais elaboravam suas proposições acerca do magistério, segundo suas convicções educacionais, que poderiam estar alicerçadas em proposições teóricas de eminentes autores, no conhecimento científico disponível e/ou em crenças e princípios religiosos. De acordo com Silva (2003), os estudos de Manuais Pedagógicos, no período 1940- 1971, colocam em evidência as relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado como um aspecto relevante, posto que estes dois poderes participavam da disputa pela criação, administração e gestão do ensino no Brasil. “Escolanovistas” e “Católicos” concordavam em vários aspectos, porém, os pontos de atrito entre os adeptos da Escola Nova e os Católicos eram aqueles que ameaçavam o controle da Igreja sobre o processo educacional: o direito e o dever de educar, a laicidade do ensino e a escola única.

Resultado de compilação de várias obras consideradas clássicas, dando certa organicidade e originalidade às ideias apresentadas, o manual *Fundamentos da Educação* de Amaral Fontura, além de conciliar as ideias de vários educadores considerados autores clássicos da literatura pedagógica e da vertente escolanovista, pois faziam proposições teóricas próprias acerca da educação, apresentava certa originalidade, pois procurava compatibilizar os conteúdos ditos originais da Escola Nova com os preceitos da religião católica. Neste sentido, pode-se constatar que os princípios religiosos aparecem de forma nítida nos fundamentos teóricos que orientavam as proposições pedagógicas expressas no manual.

Amaral Fontoura, assim como muitos outros autores católicos, alicerçava seu pensamento na *Divini Illius Magister*, encíclica datada de 1929, na qual são expressas as finalidades educativas estabelecidas por Roma: “cabe prioritariamente à Igreja e à Família e, subsidiariamente, ao Estado o direito de promover a educação; a escola católica é tão necessária que os católicos estão proibidos de colocar seus filhos em escolas neutras”, muito embora, à época da publicação do Manual, a Igreja já estivesse defendendo uma posição menos radical sobre a escola de maneira geral e sobre a escola católica, que foi expressa na Declaração do Concílio Vaticano II – *Gravissimum Educationes* de 1965.

Fontoura orientou-se também pelo princípio “*non novum sed nove*” (não coisas novas, mas de maneira nova). O autor elaborou suas proposições acerca da pedagogia em princípios teóricos defendidos por renomados pedagogos, nos conhecimentos na área da Psicologia, da Sociologia, da Biologia e da Higiene em voga à época e/ou nos preceitos da religião católica. Em suma, sua obra tinha raízes no pensamento do Apóstolo Paulo que dizia na carta aos Tessalonicenses: “examinai tudo, retende o que é bom”. Segundo Fontoura (1965), Pio XI ao comentar o apóstolo afirmava: “acolhendo, pois, o que é novo, o professor terá o cuidado de não abandonar facilmente o antigo, demonstrado bom e eficaz pela experiência de muitos séculos”. O conteúdo do Manual revela que os fundamentos da educação por ele apresentados, mantinham o “bom” da Escola Tradicional, de modo especial os preceitos da Igreja Católica, mas examinara os conhecimentos considerados modernos e retivera o considerado “bom”, depurando tudo aquilo que conflitasse com os princípios religiosos.

Para atender a esses princípios, elaborou a concepção pedagógica que denominou *de Escola Viva* que mantinha os princípios da *Escola Nova* no que se referia à centralidade da criança no processo de ensino levando em conta os novos princípios biológicos e psicológicos do desenvolvimento infantil, porém eliminando as “tendências socialistas” da *Escola Nova* e a excessiva liberdade dada à criança, segundo ele, apregoada pela *Escola Nova*.

Conforme destaca Valdemarin (2010), as concepções da *Escola Nova* foram apropriadas pelos autores de manuais para uso nos cursos de formação de professores de diversas maneiras. Os Manuais Pedagógicos e seus autores ocuparam posição intermediária no campo pedagógico, entrelaçaram diferentes concepções educacionais e procuraram tornar o novo semelhante ao já praticado, enfim, criavam novas versões para a teoria. Como dispositivos modeladores, visavam introduzir mudanças nas práticas pedagógicas.

A conciliação entre o pensamento “escolanovista” e o católico atendeu às finalidades da Igreja em divulgar a *Escola Nova* segundo seus moldes e interesses, afastando as ideias liberais que defendiam a educação laica. Dada sua ampla difusão, contribuíram para que determinadas interpretações sobre a educação e as práticas pedagógicas no ensino primário no período compreendido entre 1940 e 1971, se tornassem hegemônicas

Referências

ANASTASI, Anne. *Psicologia diferencial*. São Paulo: EPU/EdUSP, 1972.

BAÍA HORTA, José Silvério. *O Hino, o Sermão e a Ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)*. Campinas: Autores Associados, 2012.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

CARVALHO, Marta M. C. *O molde Nacional e a forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EdUSF, 1998.

CARVALHO, Marta M. C.; TOLEDO, Maria Rita de A. A Biblioteca de Educação de Lourenço Filho: uma coleção a serviço de um projeto de inovação pedagógica. *Quaestio, Revista de Estudos de Educação*, Sorocaba, vol. 8, n. 2, p. 47-62, nov. 2006.

FONTOURA, Afro do Amaral. *Sociologia Educacional*. 5ed. Riode Janeiro: Aurora, 1957.

FONTOURA, Afro do Amaral. *Fundamentos de Educação: uma introdução geral à educação renovada e à Escola Viva*. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1965.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergson. *Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da Leitura e Escrita*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Vivian B. Leituras para professores: apropriação e construção de saberes nos manuais pedagógicos brasileiros escritos pelos “Católicos”(1870-1971). *Cadernos de História da Educação*, n.2, jan-dez, 2003, p. 51-58.

SILVA, Vivian B. Os livros das Normalistas: os manuais pedagógicos na história da formação dos professores no Brasil (1930-1971). *Quaestio, Revista de Estudos de Educação*, Sorocaba, vol.10, n. 1 e 2, p. 115-132, maio/nov. 2008.

SPRANGER, Edward. *Psicologia de la Edad Juvenil*. *Revista do Occidente*, Buenos Aires, 1946.

VALDEMARIN, Vera T. *História dos Métodos e Materiais de Ensino: a Escola Nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.

VECHIA, Ariclê; FERREIRA, Antônio Gomes. *A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço latino-americano nos séculos XIX e XX*. Curitiba: Editora Tuiuti. 2016.